



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA
Conselho Estadual dos Povos Indígenas



ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS POVOS INDÍGENAS – CEPISP – GESTÃO 2022/2025, realizada aos 20 dias do mês de setembro de 2024 às 15h, de forma online, via Google Meet (<https://meet.google.com/ogy-uxrf-bxw>), onde estiveram presentes: Leonardo da Silva (titular – Guarani do Vale do Ribeira), Saulo Lino Cabral Ramires (titular – Guarani do Vale do Ribeira), Maria Olinda dos Santos (suplente – Guarani da Capital), Cleiray Wera Tokudo Fernando (suplente – Tupi-Guarani do Litoral Sul), Anildo Lulu (titular – Tupi-Guarani do Oeste Paulista), Mauricio Luiz de Camilo (titular – Terena), Edenilson Sebastião (suplente – Terena), Clarice Josivania da Silva (titular – Pankararu), Ivone da Conceição (suplente – Pankararu), Avani Florentino (titular – Fulni-ô), Akayse Florentino de Almeida (suplente – Fulni-ô), Pedro Henrique da Silva (titular – Pankararé), Danilo Martins Ortega (titular - Defensoria Pública), Marília Xavier Cury (suplente – USP), Edgar Teodoro da Cunha (suplente – UNESP), Carolina de Almeida Teixeira (titular – FAPIB), Rafael Parente Sá Martins (CIMI) e Claudia Katherine de Oliveira Martins (Executiva Pública – Apoio aos Conselhos)

Justificaram: Andreia Ribeiro dos Santos (titular – Tupi-Guarani do Vale do Ribeira), Adriana Silva Rosário (suplente – Tupi-Guarani do Vale do Ribeira), Lidiane Damaceno Cotui Afonso (titular - Krenak), Noemi Stéfany Damaceno Campos (suplente - Krenak), Joana Cabral de Oliveira (titular – UNICAMP), Edmundo Antonio Peggion (titular – UNESP), Antonio Maurício Fonseca de Oliveira (suplente – FAPIB), Márcio José Alvim do Nascimento (titular – FUNAI) e Aline Maira Batistella (suplente – FUNAI).

Ausentes: Tranquilino Karay Martines (titular – Guarani da Capital), Tupã-Im Lopes Guarani (titular – Guarani do Litoral Norte), José Thiago de L. Silva (Tupi-Guarani do Litoral Norte), Ronildo Amandios (titular – Guarani do Litoral Sul), Ronaldo Iaiati (titular – Kaingang), Rovesio Tenório Santos (titular – Kariri) e Timóteo Tupã Vera Potyguá (titular – CGY).

CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – Gestão 2022/2025

São Paulo, 12 de setembro de 2024.

Prezadas(os) Senhoras(es)

A Presidente do Conselho Estadual dos Povos Indígenas vem **convocar vossa senhoria para Reunião Extraordinária da Gestão 2022/2025, que se realizará de forma online, via plataforma GOOGLE MEET no dia 20 de setembro de 2024 às 15h** (o link será enviado por e-mail).

O encontro terá como pauta:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA
Conselho Estadual dos Povos Indígenas



- Análise de Termo de Cooperação entre o Tribunal de Justiça Militar e o CEPISP com intuito de atender a Resolução nº 512, de 30/06/2023, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que determinou a reserva de vagas aos indígenas, bem como a entrevista de candidatos aprovados autodeclarados indígenas perante comissão de heteroidentificação;
- Indicação de 03 nomes para compor a primeira Comissão de Heteroidentificação Indígena do TJM.

Ressaltamos a importância da sua participação, considerando que a reunião será realizada, em primeira convocação com, no mínimo, a metade mais um dos membros e, em segunda convocação com, no mínimo, um terço deles.

Solicitamos por gentileza a confirmação de presença através do e-mail cepisp@justica.sp.gov.br.

Atenciosamente,

AVANI FLORENTINO

Presidente

A servidora Claudia Katherine, Executiva Pública, **deu início a reunião** e passou a palavra para a presidente, Avani Florentino, para que fizesse sua fala de abertura. Esta cumprimentou a todos e passou a palavra para o vice-presidente, Saulo Ramires, que informou que fez uma reunião com a presidente para elaborar um plano de trabalho para visitar as aldeias, verificar as questões de territórios e das condições dos indígenas urbanos. Citou que apesar de estar a bastante tempo no CEPISP é a primeira vez na posição de gestor e está caminhando com passos seguros para que todas as dúvidas sejam sanadas e os procedimentos encaminhados de acordo com as atribuições do colegiado de fiscalizar, elaborar e propor políticas públicas, além de valorizar o trabalho de todos. Cita que começou a acompanhar os trabalhos políticos na sua região e percebeu que dentro dos espaços, apesar de ter pessoas boas, muitos tentam dominar a população indígena, mas que entende que este espaço precisa ser ocupado pelos indígenas. Claudia agradece a fala do vice-presidente e pede licença a presidente para falar sobre a pauta da reunião. Explicou que o CEPISP foi procurado pelo Tribunal de Justiça Militar com foco na assinatura de um Termo de Cooperação objetivando a parceria em concursos públicos do órgão, pois o Conselho Nacional de Justiça criou a Resolução 512 que determinou a reserva de vagas aos indígenas, bem como a entrevista de candidatos aprovados autodeclarados indígenas perante comissão de heteroidentificação. E como o TJM não tem em seu corpo funcional pessoa que se identifica como indígena, achou importante que o CEPISP, como órgão de representação da população indígena do Estado de São Paulo,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA
Conselho Estadual dos Povos Indígenas



pudesse indicar pessoas para comporem a comissão de heteroidentificação. Claudia passa a palavra para a presidente, que relata a importância de que os indígenas ocupem todos os espaços e acredita ser relevante ter o CEPISP como referência na indicação de pessoas para compor a mencionada comissão. Akayse cita que essa primeira indicação será de 3 pessoas, contudo se refere a um primeiro concurso e terão outros o que possibilitara que outros membros possam ter a oportunidade de participar dessa atividade. Saulo pede melhores explicações pois está se lidando com a justiça militar e cita uma história que ocorreu no Mato Grosso Sul e que foram sondados pela justiça militar, mas as pessoas se sentiram obrigadas a se alistar. Questiona se se trata de quando chegarem aos 18 anos, os jovens tenham que se alistar e que isso não faz parte da cultura guarani. Danilo, em resposta a dúvida do Saulo, informa que atualmente existe cotas, reserva de vagas, para permitir o acesso de todas as pessoas a todos os cargos públicos. As pessoas pretas e pardas fizeram um movimento em razão da necessidade de criar uma comissão de heteroidentificação, pois as pessoas estavam mentindo na avaliação. As pessoas têm medo de que as pessoas mintam que são indígenas para concorrer nas vagas específicas. Então o CNJ criou a resolução e decidiu que deveria haver uma comissão composta por pessoas indígenas para fazer essa avaliação. Aqui é para fazer essa avaliação de quem o CEPISP iria indicar para compor a comissão e qual seria o papel dessa comissão: olhar os candidatos(as) e ao final decidir se são pessoas indígenas, e fazem jus a reserva de vaga, ou não são pessoas indígenas, e não fazem jus a reserva de vaga. A ideia que seja uma comissão plural e composta por pessoas com legitimidade para fazer essa avaliação. Claudia corrobora toda a fala do Danilo. Avani diz que em muitos lugares de muitas pessoas que se dizem indígenas, mas não são, se aproveitando para ocupar vagas, em diversos espaços, destinadas aos indígenas. Anildo traz como preocupação, que muitas pessoas realmente estão burlando esses espaços, pois se casaram com um indígena, etc, além disso informa receio de ser processado se disser que uma pessoa não é indígena, já que inicialmente se baseia em autoidentificação. Entende que é um desafio a ser enfrentado, mas tem muito receio de ser processado, com base em várias experiências que tem passado. Danilo diz que entende a dificuldade, mas cita o exemplo da Defensoria Pública que quando há alguma ação quem irá responder é um presidente que, normalmente, é servidor do órgão e não os membros da comissão diretamente. É importante que os indígenas ocupem esse espaço, pois de acordo com a resolução alguém terá que compor essa comissão e acha melhor que seja um indígena do que um não indígena. É uma política pública para aumentar o acesso dos indígenas aos concursos públicos, para que se tenha pessoas indígenas em todos os lugares, para que ocupem espaços de poder e que tragam a sua sabedoria milenar para esses espaços de poder e espaços dentro dos serviços públicos. Se o CEPISP falar que não vai indicar ninguém, vão acabar indicando pessoas que não conhecem os indígenas. Além disso, como parte da comissão pode ter a possibilidade de solicitar diligências para complementação de documentação. Sabe que é uma situação delicada, mas se é complicado para os indígenas acredita que seria muito mais para um não indígena e que aumentaria a chance de haver alguma injustiça. Claudia agradece a fala do Danilo e passa a fala para Maria. Maria, em complementação a fala do Anildo, informa que no Jaraguá também tem muitos casos de pessoas não indígenas tentando passar na frente e ocupar espaço dos indígenas. E que se deve tomar muito cuidado com essas pessoas, pois atrapalham e passam



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA
Conselho Estadual dos Povos Indígenas



por cima dos direitos dos indígenas. Rafael diz que é uma discussão muito séria, considerando tanto o que o Anildo e a Maria trouxeram de argumentação quanto as reflexões do Danilo, questiona como além de indicar as 3 pessoas colocar as condições que os indígenas precisam para realizar o trabalho. Cada povo tem um jeito de pensar a identificação, a legislação hoje garante a autodeclaração, mas o movimento indígena tem um acúmulo que não basta a autodeclaração, mas precisa do reconhecimento do povo. E nem que todo o CEPISP esteja lá, não vai ser possível garantir a representação de todos os povos. O mecanismo de tempo tem que estar garantido, para as três pessoas poderem conversar entre si, poder solicitar diligências, acessar aldeia, solicitar documento para fazer um trabalho de afirmar: é indígena ou não é indígena. Tentando ao máximo minimizar os erros. Vão precisar dialogar com diversos territórios, não somente do Estado de São Paulo, mas sim de todo o Brasil. Claudia agradece a fala e explica como funciona uma comissão de heteroidentificação da população negra por já ter passado por este processo. Relata que a identificação da população negra é feita pelo fenótipo (características físicas) e que mesmo com essa delimitação ainda assim muitas pessoas estão tentando burlar e se passar por negra. Reforça a fala do Danilo de que esse espaço terá que ser ocupado, de acordo com determinação do CNJ, então melhor que sejam por pessoas indígenas do que não indígenas. E reiterou que entende todas as preocupações trazidas e que a equipe do Tribunal de Justiça Militar está disposta a escutar as propostas para que a comissão seja o mais efetiva e eficaz possível. Saulo reforçou sua concordância com a fala do Rafael. Avani relembrou que quando os indígenas entraram na PUC, ela já fazia parte do conselho e acompanhou esse processo. Citou que alguns documentos dos indígenas são vendidos, vinha muitos parentes pegavam o documento e vendia para não indígena. E quando isso foi verificado, foi tirado o direito de ter esse documento, que é tipo um RG. Agora se tem uma declaração dizendo que são indígenas e a qual etnia pertence. E as pessoas podem falar que são indígenas, mas em algum momento elas serão cobradas a provar que realmente são, daí a responsabilidade é da pessoa que arcará com as consequências de seus atos. E sabe que terão dificuldades, mas que passarão pelas barreiras juntos e irão superá-las. E sempre vai ter confusões com não indígenas que querem ser indígenas, pois querem ter mais voz que os próprios indígenas, como já ocorreu em diversos momentos, mas o conselho não pode deixar de resistir. Claudia perguntou se mais alguém quer se manifestar. Como não houve mais manifestações, Claudia abriu para votação se os membros concordavam que o CEPISP fizesse um termo de cooperação com o TJM para indicação de pessoas para compor a comissão de heteroidentificação nos concursos públicos do órgão. Ninguém fez objeção a parceria, **dessa forma a pauta foi aprovada por unanimidade**. Claudia passa a palavra para presidente para que seja definida a melhor forma para indicação de pessoas para compor a primeira comissão de heteroidentificação. Avani pergunta a seus pares quem se candidataria. Akayse se dispôs a compor a comissão. Anildo enfatiza a importância de já sairmos dessa reunião com os 3 nomes. Claudia concorda com a fala de Anildo, informando que isso daria celeridade aos próximos passos que precisam ser tomados para oficialização da parceria. Cleiray se candidatou para compor a comissão. Chicão indica o Anildo e este aceita o desafio de compor a comissão. Claudia agradece aos três que se disponibilizaram a participar da comissão, informa que dará encaminhamento ao processo para que seja desenvolvido o termo de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA
Conselho Estadual dos Povos Indígenas



cooperação e que, mas para frente, teremos um dia para assinatura da parceria e que avisará a todos pelos canais de comunicação do CEPISP. Reforça que está à disposição para tirar quaisquer dúvidas e que já combinou com o TJM que este último arcará com todas as despesas de transporte, alimentação e hospedagem (se for necessário) para viabilizar a participação dos indicados na comissão. Avani fala sobre a necessidade de batalhar por recursos para o CEPISP, pois antigamente se tinha recursos que possibilitava a participação dos membros e que atualmente não se tem praticamente nada. E conclama a todos para uma reunião para fazerem um plano com foco em recursos para o pleno funcionamento do colegiado. Anildo diz que no ano anterior foi feito um plano de reuniões, mas que o Decreto 57.478 impossibilita a participação dos(as) conselheiros(as) e que se faz premente a necessidade de se derrubar este decreto e criar algo que incentive e dê suporte a participação da sociedade civil. Claudia cita que esta é uma demanda de diversos conselhos e que é importante a mobilização da presidente com as presidências dos outros colegiados para que, em conjunto, provoquem e sugiram um regramento que seja incentivador e não bloqueador da participação social. Informa sobre a mudança da SJC de local, do Pateo do Colégio para a Av Rio Branco, mas que o Apoio aos Conselhos retornou para o Condomínio Edifício Campanário à Rua Antonio de Godoi, 122, 9º, ocupando o conjunto 91, onde tem uma sala para utilização pela presidência de todos os conselhos. Considerando que o espaço será compartilhado, se faz necessário o agendamento com antecedência. Citou também sobre a planilha enviada no dia 13/09/2024 pelo Departamento de Negócios solicitando detalhamento de serviços de buffet em atividades a serem realizadas em 2025 pelo CEPISP para adesão da Pasta a ata de registro de preços. Como o Apoio aos Conselhos recebeu a planilha no dia 13/09 (sexta-feira) e tinha que responder no mesmo dia, não houve tempo de consultar o pleno e nem a presidente, que estava fora de São Paulo. Assim sendo, baseou-se nos eventos listados no PPA do ano anterior para preenchimento da planilha. Mas corrobora a necessidade de uma reunião para que o colegiado defina as ações para o ano seguinte. Akayse pede a palavra e questiona qual o orçamento direcionado ao colegiado nesse ano de 2024 para que pudesse ser realizada uma reunião presencial com os membros, garantindo assim a participação de todos. Claudia explica brevemente como funciona a divisão do orçamento nas contas existentes e relata que toda vez que solicita itens como alimentação, hospedagem e transporte, recebe como resposta que os membros devem arcar com suas despesas conforme determinado do Decreto 57.478 e, como o Anildo citou, somente mudando esse decreto ou criando um novo que se adeque as necessidades do colegiado, que poderemos ter outras formas de atendimento aos membros. O atual decreto inviabiliza a participação de diversos membros por demandar que tenham dinheiro próprio para arcar com todas as despesas de participação em uma reunião (alimentação, transporte, hospedagem, etc) para posteriormente serem ressarcidos. Danilo sugere que no documento de manifestação de interesse oficialização do termo de cooperação com o TJM já conste a necessidade do custeio antecipado dos valores para viabilizar a participação na comissão de heteroidentificação. Avani solicita a participação de todos os membros para reunião de planejamento do CEPISP e registra que o CEPISP é o CEPISP e que a CPPI existe para atender as demandas do colegiado e que após a reunião os pedidos devem ser encaminhados para a CPPI. A coordenação é Estado e o CEPISP são os movimentos. Claudia agradeceu a participação de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA
Conselho Estadual dos Povos Indígenas



todos e por terem atendido em tão curto prazo a convocação para tratar da temática da parceria com TJM, que precisa de encaminhamento urgente. Reiterou a disponibilidade do Apoio aos Conselhos para sanar quaisquer dúvidas, estando sempre à disposição. Nada mais havendo a reunião foi encerrada.

Claudia Katherine de Oliveira Martins
Executiva Pública – Apoio aos Conselhos/CGDH

Avani Florentino
Presidente do CEPISP